

## **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E OITO**

-----Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência de Laurentino José M. Castro Dias, o Primeiro Secretário – Maria de Fátima P. Oliveira Caldeira, em substituição de Raul Cunha e o Segundo Secretário – Manuel Cunha. Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

Seguidamente, foram anunciados os pedidos de suspensão de mandato, por um período de trinta dias: Susana Fátima Amorim Pinto de Cortez de Almeida, eleita pelo Partido Social Democrata (PSD), Raul Jorge Fernandes da Cunha, João Pedro Soares Coelho Ribeiro, Luciano Magalhães Sampaio, Manuel Maria Nogueira Vale Jordão, Lúcia Fernandes Mendes e João Pedro Fonseca e Silva Magalhães Meireles, eleitos pelo Partido Socialista (PS), e por um período de quinze dias, Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins, eleito pelo PS. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Pediram, ainda, a substituição João Manuel Vieira Mendes, eleito pelo PS, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Antime e Silvares S. Martinho pelos respectivos Secretários. Tomaram assento na Assembleia os respectivos substitutos, após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de sessenta e seis membros. -----

-----De seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----Deu-se início ao período de Antes da Ordem do Dia. -----

-----O **Presidente da Mesa** deu conhecimento da existência de um voto de congratulação, duas propostas e um voto de louvor. Neste seguimento, procedeu à leitura do **Voto de Congratulação**, apresentado pelo PS, relativo ao protocolo que irá permitir a mudança da Guarda Nacional Republicana para as novas instalações e ao mesmo tempo passar a dispor de um Destacamento daquela força policial, o que irá reforçar o sentimento de segurança da população.-----

-----Como ninguém quis intervir, **foi colocado a votação, sendo aprovado, por maioria, com onze abstenções.** -----

-----De seguida, apresentou uma **proposta**, subscrita pelo PSD, de criação de uma Comissão Especializada com representantes de todos os partidos com assento na Assembleia Municipal, para acompanhar o processo de criação do Conselho Municipal de Juventude de Fafe, de forma a revestir esse processo da importância que merecia, sendo a base para o sucesso do mesmo. -----

-----Tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, que iniciou a sua intervenção salientando que a preocupação dos agentes políticos pelo futuro de cada terra se media pela preocupação que demonstravam pelos seus jovens, nomeadamente, pela necessidade que a Sociedade deveria ter em preparar da melhor forma aqueles que iriam suceder no comando dos destinos de todos, uma vez que, quanto melhor preparados estivessem os jovens, melhores seriam as hipóteses de um crescimento sustentado para a Sociedade. -----

Disse ainda que a actividade política na juventude, bem como a actividade associativa deveriam ser elementos de participação cívica que deveriam ter em atenção, uma vez que era daí que surgiam os jovens de quem dependia o futuro. -----

Referiu, também, que em Fafe não havia preocupação com os jovens e conseqüentemente com o futuro, salientando que não havia uma estrutura que congregasse as associações juvenis, forças vivas e dinâmicas da sociedade, que as orientasse e lhes desse apoio e interligação com os órgãos autárquicos. Referiu que o projecto de lei que cria o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, proposto por alguns deputados do PS na Assembleia da República, merecia o total apoio do PSD, defendendo que, em democracia apoiar um bom projecto era sinal de honestidade intelectual e de interesse pelo desenvolvimento do País. -----

Referindo-se a uma parte da nota introdutória do projecto lei, que citou, afirmou que Fafe não fazia parte dos *muitos municípios portugueses* onde tinha havido a preocupação pelos jovens e pelas instituições que os representam; que não acompanhava as alterações da sociedade e não se preocupava em combater o afastamento dos jovens da política e da cidadania activa, bem como não sabia

o que era um Conselho Municipal de Juventude, apesar de ter um Secretário de Estado e da Juventude. -----

Defendeu que a criação de um Conselho Municipal da Juventude de Fafe era uma obrigação e uma responsabilidade a que o Executivo Municipal se tinha furtado ao longo dos anos, mantendo um irresponsável afastamento dos jovens, das suas aspirações e da preparação do seu futuro. -----

Referindo-se, ainda, ao artigo segundo do regime jurídico proposto, afirmou que, com a criação do Conselho Municipal da Juventude, o Presidente da Câmara terá bons conselhos para as políticas de juventude em Fafe, concluindo que a ausência de um Conselho Municipal da Juventude em Fafe tinha conduzido ao deserto árido que eram as políticas de juventude da Câmara Municipal. -----

Defendeu que para o PSD era fundamental que a Assembleia Municipal de Fafe participasse activamente na implementação do Conselho Municipal da Juventude, atendendo à responsabilidade que tinham em zelar pela qualidade da democracia e pela importância que terá para Fafe a criação do referido conselho. -----

Finalizou a sua intervenção relembrando a proposta do PSD e fazendo votos de que a mesma conte com o apoio de todas as forças partidárias e principalmente com o Presidente da Assembleia Municipal pelas responsabilidades que tinha na matéria. -----

-----De seguida, interveio **Rui Valente**, eleito pelo PS, para dizer que, atendendo a que ainda não existia legislação específica, não deveria criar-se uma Comissão, afirmando que era cedo e se deveria aguardar. Lembrou, ainda que relativamente a políticas dirigidas aos jovens, a Autarquia promovia algumas iniciativas, salientando, entre outras, a Assembleia Municipal Jovem.--

-----Retomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, para afirmar que sobre as acções que a Câmara tem efectuado, afirmou que deveria continuar a executá-las. Quanto ao facto da legislação ainda não ter sido aprovada, salientou que isso não invalidava a criação da Comissão. -----

-----Colocada a votação **foi rejeitada com trinta e oito votos contra, vinte votos a favor e cinco abstenções**. -----

-----De seguida, pelo Presidente da Mesa foi apresentada uma **proposta**, subscrita por todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia

Municipal, relativa à atribuição de um voto de louvor aos obreiros da Associação Desportiva de Fafe e respectiva comunicação do reconhecimento da Assembleia Municipal ao Presidente da Direcção, Senhor Albino Salgado, e ao executor do vasto e rico programa que movimentou imensas pessoas trazendo brilho e dignidade à colectividade, Senhor Alcides Lemos. -----

-----Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por unanimidade.** -----

-----Por fim foi apresentada a **proposta**, subscrita pelo Grupo Parlamentar do PS, de atribuição de um voto de congratulação à Câmara, pela assinatura do protocolo de criação da Rede Integradora de Transportes Públicos em Fafe, subscrito pelo Município e pelos representantes das quatro empresas que operam no concelho – Arriva, Auto-Mondinense, Auto-Viação Landim e Transdev –, nomeadamente, pela definição de uma estratégia inovadora na área dos transportes, a qual servirá de exemplo a inúmeros municípios do País, podendo o Município de Fafe orgulhar-se do pioneirismo que representa em termos de políticas municipais a nível nacional a criação dessa rede. -----

-----Tomou a palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, para dizer que o PSD não se revia na adjectivação excessiva que o PS quis demonstrar. Quanto ao projecto, afirmou que o PSD já tinha falado sobre este assunto. -----

-----De seguida, usou da palavra **Pedro Valente**, eleito pelo PS, para justificar que não era a Autarquia quem financiava o projecto, mas que era um financiamento conjunto com as respectivas transportadoras. -----

-----Seguidamente interveio **Joaquim Magalhães**, eleito pela CDU, para sugerir que se fizesse um alargamento ao trajecto, uma vez que a Rede em causa apenas iria servir a cidade e não o concelho. Disse, ainda, que se deveria fazer a ligação das carreiras que vinham das freguesias. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por maioria, com quinze abstenções.** -----

-----Não havendo mais propostas para apreciar, entrou-se no Período de intervenções.-----

-----Tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU. Iniciou a sua intervenção para tecer algumas considerações sobre a realidade actual dos portugueses, mais concretamente, sobre a difícil situação financeira em que se

encontram, a precariedade laboral e o constante encerramento de postos de trabalho. -----

Comentou o “timing” da discussão pública do Código de Trabalho, que coincidiu com o período de férias, salientando, no entanto o elevado número de pareceres que tinham chegado à Assembleia da República, onde foram apontadas as malfeitorias que a revisão proposta pelo Governo ia causar nos trabalhadores.-----

Sobre o destaque de algumas notícias da actualidade publicadas pelos meios de comunicação social, salientou, com estupefacção, a de uma circular do Ministério das Finanças, segundo o qual, uma trabalhadora grávida ou parturiente que, após a assinatura do contrato de trabalho, deverá apresentar-se imediatamente para ocupar o seu posto de trabalho, para não o perder. -----

Neste seguimento, demonstrou a sua indignação, salientando a contradição do Governo, nomeadamente do Primeiro-Ministro que, tempos antes, elencou uma série de incentivos à maternidade e posteriormente, aparecer uma circular com aquelas orientações. Afirmou, ainda, que não se podia dizer que o Governo estava atento à questão da natalidade e incentivava as famílias portuguesas a terem mais do que dois filhos, para depois, quando a mãe tinha que prestar os primeiros cuidados aos seus filhos, ter que os entregar a terceiros, para não perder o posto de trabalho. Disse que esta era a prova mais que evidente de que algo vai mal no Governo e que para os mais atentos isso não era novidade. -----

Seguidamente e sobre a temática da educação, comentou o aproveitamento, até à exaustão, do “Dia do Diploma” levado a cabo pelo Governo, transformando-o em propaganda de pré-campanha eleitoral. Comentou, ainda, o tempo que o Primeiro-Ministro passou nas escolas, lamentando que não tenha ido às escolas com problemas, como aquelas em que chove nas salas de aula ou às escolas onde as pessoas se iludem com os quadros interactivos na parede e na sala ao lado não existiam cadeiras suficientes para os alunos.-- Afirmou, ainda que Portugal era o país dos planos tecnológicos e da inovação e esqueciam-se de coisas tão básicas, permitindo a acentuação de desigualdades tão grandes. -----

Lamentou que o Primeiro-Ministro, no arranque do ano lectivo, não se tenha juntado ao lado dos professores que ficaram por colocar. Salientou também as

dificuldades que se avizinhavam para os professores e educadores atendendo a que as solicitações aumentavam e eram cada vez mais complexas, não só no plano social, mas também porque cada ano que passava se tornam mais desfavoráveis as suas condições de trabalho e de exercício profissional, fruto de políticas que vinham a endurecer os ataques dirigidos à escola pública e aos profissionais docentes. -----

Focou, também, o desemprego, a precariedade laboral e a instabilidade profissional dos docentes que atingiu níveis nunca antes verificados. -----

Salientou a sobrecarga dos horários dos docentes, que lhes retirava tempo para se dedicarem às tarefas inerentes à sua componente de trabalho individual. -----

Referenciou a falta de coragem política para integrar os professores numa carreira como deve ser e eles mereciam. -----

Mencionou, ainda, a falta de investimento na educação e mais concretamente, na escola pública, o que conduzia à sua desvalorização, bem como à dos profissionais que nela exerciam funções, referindo que, a confirmar a referida falta de investimento estava a evolução das verbas para a educação no quadro de sucessivos orçamentos de Estado em que se verificou uma redução real, em apenas seis anos, de vinte e dois por cento. -----

Na sequência do protocolo assinado relativo à transferência de competências para os municípios em matéria de educação, nomeadamente, transferência de pessoal não docente, indagou o Presidente da Câmara sobre o impacto e as vantagens que tirava a Autarquia, as escolas e os alunos do concelho com a assinatura desse protocolo. Perguntou, ainda, de que forma iria a Autarquia rentabilizar a assinatura do protocolo e de que forma isso poderia potencializar as ofertas que se faziam à comunidade escolar, e se iria haver, ou não, diminuição das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Terminou a sua intervenção, solicitando explicações ao Presidente da Câmara, no sentido de perceber o motivo pelo qual a Carta Educativa do Concelho de Fafe tinha sido das primeiras a ser aprovada e a rede escolar e a construção dos centros educativos ainda não se encontrarem em funcionamento, como tem vindo a acontecer noutros concelhos. -----

-----De seguida, usou da palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, para, relativamente ao processo do “muro de Antime” e na sequência da decisão

judicial do recurso intentado no Tribunal da Relação de Guimarães, que confirmou a decisão de Primeira Instância relativamente ao assunto supramencionado tecer alguns comentários, nomeadamente, a ausência da Presidente da Junta de Freguesia de Antime que, uma vez mais, não tinha comparecido na Assembleia Municipal, na sessão imediatamente a seguir à tomada de decisão pelos tribunais. -----

Depois de ler um parágrafo constante do Acórdão, lamentou o comportamento da Presidente de Junta da Freguesia de Antime e do marido pelo facto de terem avançado com a privatização do terreno depois de ter sido eleita, afirmando que não o deveria ter feito. -----

Mencionou que, para quem gostava de fazer política era chocante verificar que, perante a gravidade da situação em análise, havia uma ausência de coragem das pessoas ao não colocarem os seus lugares à disposição. -----

Afirmou, ainda que era este tipo de situação que afastava as pessoas da política e que não existia a coragem dos políticos para tomarem uma posição de força. Terminou a sua intervenção, fazendo um desafio ao Presidente da Câmara que sempre tinha fugido à discussão do assunto. -----

-----Seguidamente tomou a palavra **Olinda Teixeira Alves**, eleita pelo PS, para apresentar o relatório das Comissões de Protecção de Menores e de Protecção de Crianças e Jovens que ficou arquivado junto aos documentos constantes da presente sessão. -----

-----De seguida, interveio **Simão Freitas**, eleito pelo Bloco de Esquerda (BE), para perguntar ao Presidente da Câmara sobre o motivo que tinha levado à demolição da Escola Primária de Feira Velha e, o que tinha sido feito com os alunos que, segundo era do seu conhecimento teriam sido levados para a Escola Montelongo, defendendo que não era um ambiente para os alunos que frequentavam o ensino primário.-----

Relativamente às Festas da Cidade, afirmou que o BE partilhava da opinião que o fogo-de-artifício era “um pouco espalhafatoso”; sobre as festas salientou ainda a ausência de actividades para cativar os jovens. -----

Referindo-se ao Parque da Cidade, afirmou que, atendendo à pouca utilização desse equipamento, se deveriam promover mais actividades e aumentar a luminosidade, fazendo ao mesmo tempo prevenção ao vandalismo existente. Afirmou que o mesmo também deveria ser efectuado na Barragem de

Queimadela, frequentemente vandalizada, salientando, ainda, que seria bom vigiar e promover a sua ocupação. -----

Fez um reparo relativamente aos horários da Casa da Cultura, afirmando que era complicado visitar as exposições uma vez que apenas funcionavam em horário laboral. -----

Referindo-se à Piscina Municipal, solicitou confirmação sobre a actual situação da piscina, nomeadamente, se estava com algum problema estrutural e se perdia água, afirmando que se deveria encontrar uma solução definitiva para ultrapassar esses problemas. -----

Fez alguns reparos referentes ao Campo de Ténis. Neste sentido, afirmou que havia uma grande dependência do campo de ténis em relação à gestão da piscina, uma vez que o seu funcionamento estava condicionado aos horários da piscina; fez ainda referência ao aluguer dos “court” de ténis, afirmando que o aluguer deveria ser efectuado em horários diferentes dos das aulas, de forma a não provocar o caos. Terminou, focando ainda o facto de ser impossível para os praticantes de ténis poderem treinar aquando da ausência do treinador. -----

Terminou a sua intervenção referindo que tinha tido conhecimento que a “bancada” do PSD tinha sugerido a descida do IMI, mencionando que esperava que, sendo o PSD um partido maior, a sugestão fosse acatada. No entanto, lembrou que foram eles (BE) quem, no início do mandato, propuseram a descida do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). -----

-----Terminada a intervenção de Simão Freitas, usou da palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pela CDU, para solicitar o envio dos relatórios em falta. -----

Quanto ao assunto do “muro de Antime”, afirmou que não se iria pronunciar, esperando que fosse o Senhor Presidente a fazê-lo. -----

Seguidamente, referenciou um parágrafo constante do Acórdão, onde era referido que a competência para classificação das parcelas como públicas ou privadas era do Tribunal. -----

Terminou dirigindo-se aqueles que na sessão imediatamente a seguir à tomada de conhecimento da decisão judicial relativa ao processo do “muro de Antime”, não acreditavam que ele tenha *previsto* a ausência da Presidente da Junta de Freguesia de Antime na sessão da Assembleia, para afirmar que na presente sessão foi confirmada a sua *previsão*, atendendo a que uma vez mais a Presidente da Junta não compareceu.-----



-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para relembrar o tempo restante do Período de Antes da Ordem do Dia e respectivo cumprimento do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, interveio **Vitor Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, sobre a transferência de competências para os municípios em matéria de educação. Neste contexto e referindo-se ao protocolo assinado com a Autarquia perguntou se o Município de Fafe sabia qual o valor concreto das transferências que iriam ser efectuadas pelo Ministério e se, de acordo com tal verba, seria possível satisfazer todas as necessidades na área da educação, atendendo a que as competências a transferir abrangiam as seguintes áreas: Gestão do pessoal não docente; Acção social escolar; Construção, manutenção e apetrechamento de estabelecimentos de ensino; transportes escolares; Educação pré-escolar da rede pública e actividades de enriquecimento curricular. -----

Referenciando o Programa de Requalificação da Rede Escolar do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar, desenvolvido com o objectivo de permitir a criação de condições financeiras para que os municípios avançassem com a resolução dos problemas ao nível da rede escolar, quer através da construção de novos centros escolares quer através da requalificação dos edifícios, questionou o Município sobre o que tinha sido feito ou o que se propunham fazer no âmbito do programa e se, eventualmente, o mesmo tinha colidido ou era susceptível de colidir com o estabelecido na carta educativa, mais concretamente em matéria de edifícios escolares, mormente na sua distribuição pela área geográfica do concelho, atendendo aos objectivos do programa (aumento do número de alunos por escola; criação de condições para que as escolas funcionem em regime normal, e a eliminação de todos os edifícios de construção precária). -----

Atendendo aos supra referidos objectivos, solicitou ao Presidente da Câmara os seguintes esclarecimentos: Qual o número de escolas que, até à presente data, foram encerradas; que soluções tinham sido encontradas para os respectivos alunos; das escolas encerradas, quantas é que correspondiam a edifícios com uma intervenção em sede de obras, nos últimos 5 anos; quantas escolas mais se previa encerrar e qual o destino dos alunos das mesmas; que edifício escolares iriam ser construídos e quando. Perguntou, ainda se a

construção do parque escolar de Fornelos era para manter e se a Câmara o continuava a garantir; questionou também se a escola de Regadas seria objecto de intervenção no sentido da sua requalificação e em caso afirmativo, para quando estava previsto, uma vez que a sua concretização poderia implicar o encerramento da escola de Silves S. Clemente, onde recentemente se tinha investido bastante. -----

-----De seguida usou da palavra **Belarmino Costa**, eleito pelo PSD, que iniciou a sua intervenção agradecendo o tempo concedido, lamentando, no entanto que o Presidente da Mesa não tenha tomado a atitude de poupança de tempo no início do Período. -----

Sobre a Festa do Idoso que a Autarquia iria realizar na Quinta da Malafaia, perguntou se a ronda que tinha sido feita pelas freguesias do concelho no presente ano iria ser para manter ou se era apenas sinal de oportunismo por nesta data se querer fazer mais alguma coisa. Perguntou ainda se os Vereadores iriam ser convidados. -----

Por fim, sobre a tarifa de disponibilidade cobrada pela Indáqua, perguntou se a Autarquia estava preocupada e a acompanhar a situação, e se tinha sido chamada a prestar alguma informação sobre a formação do montante da tarifa. -----

-----Seguidamente, interveio **Miguel Summavielle**, eleito pela CDU, que começou por agradecer o envio das Contas das Águas do Ave, congratulando-se com o facto do Presidente da Câmara concordar com ele e remeter as Contas à Assembleia Municipal. -----

Sobre as taxas do IMI corrigiu Simão Freitas afirmando que sempre concordaram com o rebaixamento do IMI e que apenas havia um diferendo nos cálculos. Fez ainda uma recomendação relativamente à diminuição das taxas do IMI no sentido de permitir que Fafe se transforme num Município mais competitivo. -----

----- De seguida, usou da palavra **Humberto Castro**, eleito pelo PSD, que iniciou a sua intervenção afirmando que apoiava Simão Freitas, nas suas preocupações relativas ao Ténis. -----

Propôs ainda que fosse dado um voto de estímulo e confiança ao Presidente da Direcção da Assembleia-Geral da Associação Desportiva de Fafe, para que defendessem os interesses do clube com toda a força possível e encontrassem o melhor caminho para que o clube saísse da crise a que interesses

mesquinhos o tinham colocado, de modo a que tivessem de novo o representante máximo do futebol do concelho no escalão a que tinham direito pertencer. -----

-----Por fim, tomou a palavra o Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

- Relativamente às políticas de Juventude, elencou as várias iniciativas que a Autarquia tinha efectuado; -----

- Quanto ao Protocolo de Transferência de Competências na área da Educação, afirmou que não media os protocolos pelas vantagens mas pelo interesse que tinham para que a educação pudesse evoluir. Mencionou que o protocolo respondia às necessidades do Município, respondia em termos financeiros àquilo a que se tinham proposto fazer e que passando a gestão dos equipamentos e dos funcionários para a Autarquia, poderiam fazer uma racionalização mais eficaz dos recursos, salientando que era nisso que apostavam, na proximidade da gestão; -----

Comentou a atitude da CDU, atendendo a que era considerado um partido pela descentralização.-----

- No que concernia ao Centro Educativo de Fornelos explicou que só seria efectuado quando a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) emitisse parecer favorável e que o Senhor Presidente da Junta de Fornelos conhecia o processo. Quanto ao Centro Educativo de Regadas, afirmou que estava aprovado e que iriam, em breve, lançar a obra a concurso; -----

- Relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) afirmou desconhecer se tinha havido diminuição; -----

- Quanto ao “Muro de Antime” e a história que tinha ficado por contar, afirmou que apenas se iria pronunciar aquando do final do processo; -----

- Relativamente à descida do IMI afirmou que a oposição não deveria querer a sua descida no ano anterior ao ano em que se iriam realizar as eleições autárquicas, mas na sessão da próxima Assembleia Municipal esse assunto iria ser debatido atendendo a que iria ser discutido o Orçamento para 2009;-----

- Quanto à Festa do Idoso confirmou que os Vereadores iriam ser convidados. Afirmou ainda que, como em anos anteriores a organização não tinha sido efectuada da melhor forma, este ano estavam a tentaram corrigir algumas situações, articulando com as Juntas de Freguesia; -----

- Mencionou que concordava com o aumento de actividades no Parque da Cidade e na Barragem de Queimadela. Relativamente à piscina, esclareceu que tinha fechado apenas para mudar a água e que não tinha problemas. -----

- No que concernia às questões levantadas sobre o Ténis afirmou que os problemas colocados iriam ser ultrapassados com a construção dos quatro campos; -----

- Quanto à demolição da Escola Primária da Feira Velha, explicou que já estava prevista no projecto do Parque da Cidade; -----

Relativamente à tarifa de disponibilidade informou que tinha sido criada por indicação da Autarquia e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Entidade que sugeriu a alteração. -----

-----Terminadas as intervenções, entrou-se no **Período da Ordem do Dia.**-----

-----**Ponto dois ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e Relatório e Contas da Naturfafa, CRL.** -----

-----Foi dada a palavra a **José Ricardo Antunes**, eleito pela CDU, que iniciou a sua intervenção perguntando se o Senhor Presidente da Câmara tinha trazido o Plano Funcional do Novo Hospital, conforme tinha sido solicitado na sessão anterior. Relativamente ao actual Hospital de Fafa confirmou as afirmações efectuadas na sessão anterior referentes ao Serviço de Ortopedia, mais concretamente, que o referido Serviço tinha sido fundido. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa**, interrompendo José Ricardo Antunes para o alertar que o teor da sua intervenção não estava incluída nos assuntos da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e que deveria abordar apenas temas nela constantes. -----

-----Nestes termos, **José Ricardo Antunes**, eleito pela CDU, prescindiu da palavra referindo que a intervenção poderia ser efectuada na sessão seguinte. -----

-----De seguida, interveio **Vitor Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos para alertar para o facto da obra “Caminho de Acesso a Santa Rita (Rio Vizela/EN207)” ter sido sucessivamente adiada. -----

-----Seguidamente usou da palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pela CDU, que referenciou a conclusão de algumas obras. Solicitou, novamente, a relação das faltas do Presidente da Mesa. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para dizer a Joaquim Magalhães que se cingisse à matéria em discussão. -----

-----De seguida usou da palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para constatar que a saúde era uma rubrica constante da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. Quanto às afirmações do Presidente da Mesa relativas à abordagem apenas de assuntos constantes da informação escrita mencionou que isso era desvirtuar por completo as intervenções que se pudessem fazer. Salientou que já tinham sido abordados assuntos referentes a obras que não constavam da informação escrita e cuja intervenção tinha sido reconhecida. Finalizou, lamentando que o rigor do Presidente da Mesa só aparecesse apenas no momento em que se ouviam intervenções importantes, sugerindo, desta forma que no mandato seguinte, aquando da revisão do Regimento da Assembleia se repensasse na importância do Período de Antes da Ordem do Dia. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para afirmar que durante o tempo em que presidiu a Assembleia Municipal nunca ninguém tinha ficado sem falar. Disse ainda que o cumprimento do Regimento tinha sido solicitado, por várias vezes, pelos vários partidos políticos. -----

-----Interveio, novamente, **Leonor Castro**, eleita pela CDU, que reiterou tudo o que tinha dito anteriormente. -----

Relativamente à informação escrita propôs que se diversificasse os horários de funcionamento das actividades culturais. Fez uma observação relativamente à execução da rampa de acesso do Jardim do Calvário, salientando que dessa forma se tinha facilitado o acesso a pessoas de mobilidade reduzida. Disse ainda que esperava que estivesse para breve a colocação da placa da história do Jardim. -----

Referenciou, a exemplo de situações anteriores, a falta de sinalização na obra da Rua de Angola e restantes Ruas com a denominação das ex-colónias, questionando também sobre o estado dessas obras, salientando que quanto maior fosse a demora, maiores seriam os estragos. Questionou, ainda, se não deveriam estudar sobre uma intervenção de gás, afirmando que o transtorno para os moradores seria sempre prejudicial a dobrar. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, para, relativamente ao assunto do cumprimento do Regimento, referir que o que

tinha acontecido foi por desleixo da Mesa e que a oposição tinha alertado em várias sessões. Disse, ainda, que já era tempo de acabar com os recadinhos.---

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Começou por convidar todos os Membros da Assembleia Municipal para a inauguração das obras da Câmara; -----

- Sobre as obras de S.ta Rita, afirmou que o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos conhecia os motivos do atraso no início da obra, bem como o motivo pela qual o processo ainda se encontrava em fase de apreciação de proposta, explicando que, atendendo a um erro no concurso, teve que se repetir. -----

- Quanto ao horário das exposições, afirmou que compreendia a observação, salientando, no entanto o baixo índice de visitas, registando a observação efectuada. -----

- Agradeceu a observação sobre as placas de sinalização e relativamente ao atraso das obras mencionou que o motivo do atraso tinha sido ultrapassado.----

- Relativamente à questão do gás, afirmou que a empresa não tinha manifestado vontade de fazer qualquer intervenção. -----

- Sobre a placa com a história do Jardim do Calvário afirmou que já se encontrava colocada. -----

- Quanto à rampa, mencionou que não tinha sido defeito ou omissão, mas um erro de projecto. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se ao **ponto dois ponto dois – Proposta da Câmara relativa à cedência da Escola EB1 de Casadela, da Freguesia de Quinchães à Junta de Freguesia**; Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção.--**

-----Passou-se ao **Ponto dois ponto três – Proposta da Câmara relativa à cedência da Escola EB1 de Aboim, da Freguesia de Aboim à Junta de Freguesia.** -----

-----Tomou a palavra **António Novais**, Presidente da Junta de Aboim, para informar sobre a utilização que iria ser dada à escola. -----

Por fim lamentou que, aquando da Volta a Portugal e consequente presença de Fafe em dois programas televisivos durante dois dias, ninguém ter divulgado o

Moinho de Vento nem a Aldeia Turística de Mós, ambos da Freguesia de Aboim. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Pedro Frazão**, eleito pelo PSD, para perguntar se o valor da cedência seria o mesmo que o das cedências anteriores.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para confirmar que a cedência seria pelo valor de quinhentos euros a exemplo de cedências anteriores.-----

-----Como ninguém mais quis intervir, foi colocada a votação, **sendo aprovada por unanimidade**. -----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público. Tomou a palavra **Paulo Fraga** para perguntar se também se iria ceder as escolas primárias da freguesia de Fafe à respectiva Junta de Freguesia. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara não se quis pronunciar sobre a questão colocada.-----

----- Seguidamente, foi lida a acta em minuta da presente sessão e posteriormente colocada a votação, **sendo aprovada, por unanimidade**.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---